REVISTA CORDIS

A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM SÃO PAULO: EXPECTATIVAS DE INSERÇÃO E DESAFIOS COTIDIANOS

HAITIAN IMMIGRATION IN SÃO PAULO: EXPECTATIONS OF INTEGRATION AND DAILY CHALLENGES

Edgar Silva Gomes [1]
Yvone Dias Avelino [2]

RESUMO: O Brasil e o Haiti possuem aspectos geográficos distintos, sendo o primeiro um país de dimensões continentais e, o segundo, uma nação inserida em uma ilha caribenha. Contudo, semelhanças históricas aproximam os dois países, dado que ambos foram colônias estruturadas por processos diaspóricos de escravidão, além de terem vivenciado ditaduras violentas e exílios no século XX. Para além desses paralelos, destaca-se o fenômeno migratório contemporâneo de haitianos em direção ao território brasileiro. Em 2010, o Haiti foi atingido por um forte terremoto que devastou o país, vitimou mais de 200 mil pessoas e gerou uma severa crise humanitária. Apesar do auxílio internacional e da Organização das Nações Unidas (ONU) para a reconstrução nacional, o país submergiu em uma profunda crise sociopolítica. Esse cenário impulsionou o deslocamento de milhares de haitianos para o exterior, tendo como destino expressivo a cidade de São Paulo, no Brasil, um espaço que se consolidou como cenário de sonhos e desilusões para os novos imigrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Haiti; Migrações; São Paulo; Crise Humanitária; Adaptação.

ABSTRACT: Brazil and Haiti possess distinct geographical characteristics: the former is a country of continental dimensions, while the latter is a nation situated on a Caribbean island. However, historical similarities link the two countries, as both were colonies shaped by diasporic processes of enslavement and experienced violent dictatorships and exiles during the 20th century. Beyond these parallels, the contemporary migration of Haitians to Brazil stands out. In 2010, Haiti was struck by a powerful earthquake that devastated the country, claimed the lives of over 200,000 people, and triggered a severe humanitarian crisis. Despite international aid and support from the United Nations (UN) for national reconstruction, the country plunged into a deep sociopolitical crisis. This situation drove the displacement of thousands of Haitians abroad, with the city of São Paulo, Brazil, becoming a major destination—a place that has established itself as a setting of both dreams and disillusionment for these new immigrants.

[1] Doutorado em História Social (PUC). Centro Universitário Assunção. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4230-2085 E-mail: edgarddsg@uol.com.br
[2] Doutorado em História Econômica (USP). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6786-0572 E-mail: yvonediasavelino@uol.com.br

KEYWORDS: Haiti; Migration; São Paulo; Humanitarian Crisis; Adaptation.

10.23925/2176-4174.39.2026e78149

Recebido em: 19/09/2026.
Aprovado em: 19/09/2026.
Publicado em: 20/09/2026.

Considerações Iniciais: A utilidade e o propósito das leis

O fenômeno migratório no continente americano, com particular centralidade no cenário brasileiro, comporta abordagens analíticas multidimensionais. No escopo dessa temática, revela-se profícua a articulação entre uma perspectiva macroestrutural, voltada à compreensão das condicionantes globais e das causas determinantes dos fluxos, e uma vertente micro analítica, dedicada ao exame das trajetórias familiares e de seus processos de territorialização em escalas locais.

Os deslocamentos forçados, motivados por crises humanitárias, precipitam complexos desafios de integração no tecido social receptor, abrangendo barreiras linguísticas, laborais, culturais e de sociabilidade. Somam-se a esses entraves as assimetrias na recepção por parte das comunidades locais, cujas reações oscilam historicamente entre a hostilidade e a cooperação. Se, em períodos pretéritos, determinados grupos imigrantes eram assimilados e até incentivados sob a justificativa de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e demográfico regional, a contemporaneidade é marcada pelo recrudescimento de discursos e práticas xenófobas. Esse vetor de rejeição identitária não se restringe às fronteiras nacionais, manifestando-se igualmente sob a forma de preconceito regional e migração interna, como historicamente se observa na estigmatização de populações de origem nordestina nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

No tocante aos fluxos migratórios haitianos, sobressaem disparidades de ordem socioeconômica e cultural. Conquanto existam convergências históricas quanto ao passado colonial, os mais de dois séculos de independência formal e o desenvolvimento do modelo capitalista intensificaram as assimetrias conjunturais entre o Haiti e o Brasil. No âmbito do continente sul e centro-americano,

majoritariamente designado como América Latina, observa-se, na contemporaneidade, um recrudescimento das mobilizações populares. Esses movimentos emergem em resposta às profundas desigualdades e injustiças sociais, configurando cenários em que as populações reivindicam a garantia de direitos fundamentais, equidade e solidariedade. Esse panorama de tensões sociais latentes demanda, necessariamente, uma análise pautada nas raízes históricas da opressão e nos processos de emancipação dos povos americanos.

A partir da análise dos dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, s.d.), constata-se que, desde o estabelecimento dos primeiros núcleos de imigrantes germânicos em Nova Friburgo até o final do século XX, o Brasil registrou o ingresso de aproximadamente 6 milhões de migrantes. Posteriormente, na década de 1970, especificamente em 1972, período em que tanto o Brasil quanto Portugal eram regidos por regimes ditatoriais, firmou-se um tratado bilateral entre ambas as nações, instituindo a igualdade de direitos e deveres civis entre cidadãos brasileiros e portugueses. Já em 1980, promulgou-se o Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815), dispositivo legal encarregado de regulamentar a situação jurídica do indivíduo estrangeiro em território nacional e que, concomitantemente, instituiu o Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Ao analisar o panorama jurídico-histórico da imigração no Brasil, constata-se que, no final do século XIX, a formulação de políticas migratórias esteve estritamente vinculada aos interesses econômicos da elite cafeicultora. Em julho de 1886, figuras proeminentes como os irmãos Prado, o senador Queiroz e Jorge Tibiriçá fundaram a Sociedade Promotora de Imigração. Essa associação civil sem fins lucrativos impulsionou o fluxo migratório europeu para o estado de São Paulo, respaldada pela Lei Provincial de 28 de outubro de 1885 e pela legislação imperial de 28 de setembro do mesmo ano. Esse arcabouço legal estabeleceu o regime de imigração por contrato, que previa o reembolso das passagens e o custeio de despesas básicas para os indivíduos ou núcleos familiares que se transferissem para o país (Santos, 2007, s/n.). Essa iniciativa constituiu o principal vetor de atração de imigrantes para o território paulista. Diante da iminência da abolição da escravidão, as elites locais buscavam uma alternativa viável e de baixo custo para a substituição da força de trabalho servil, objetivo que foi concretizado por meio desse modelo de colonização. Posteriormente, na primeira metade do século XX, a Grande Depressão impactou severamente a

economia global, repercutindo de forma direta no cenário brasileiro. Sob a necessidade de preservação do capital financeiro e de reestruturação do mercado de trabalho, o incentivo estatal à imigração, que já vinha sofrendo restrições desde o início do século, foi formalmente limitado, passando a exigir mecanismos burocráticos de controle, como a carta de chamada, conforme aponta Elis Regina Ângelo,

> As Cartas de Chamada, a partir de 1911 são regidas por uma legislação específica, sob ordenamento do decreto n. 9.081, as tratativas de normas que deveriam ser seguidas para a entrada no país subsidiavam ações e objetivos regulamentares de como deveria ser a imigração no Brasil. Em 1945 a legislação que conduzia novos objetivos para entrada de estrangeiros no país começa a vigorar, a fim de reordenar os grupos de emigrantes dos mais diversos pontos no pós-guerra. (Ângelo, 2022, p. 43).

Ao passo que a mão de obra se tornava suficiente para atender aos interesses do capital no país, o governo brasileiro arrochava as regras para a entrada de novos imigrantes. No primeiro governo de Getúlio Vargas, nos anos 1930, a imigração esteve na pauta dos interesses econômicos. A fim de preservar o emprego dos nacionais, as restrições aos imigrantes, que outrora eram bem-vindos, mudaram de cenário com as Leis de 2/3 e de Cotas.

> O resultado dessa interrupção foi toda uma política governamental voltada para a direção oposta do que havia sido feito até então: a Lei de Cotas. Esse bloqueio institucionalizado ocorreu durante o governo de Getúlio Vargas, com adoção de novas medidas normativas que entraram em vigor com a Constituição, em 16 de julho de 1934. Na verdade, muito antes disso, com a dissolução do Congresso Nacional e das Assembleias Estaduais, a questão migratória já era um tema central do governo no começo da década de 1930 (...) A Lei dos 2/3 entrou em vigor com o decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, obrigando qualquer empresa e firmas comerciais a apresentarem, pelo menos, dois terços de funcionários de brasileiros natos.

Na contemporaneidade, o fluxo anual de imigrantes que ingressam no Brasil permanece expressivo, sendo majoritariamente oriundo do próprio continente latino-americano, com destaque para as populações haitiana e venezuelana. Nesses países de origem, concentram-se parcelas significativas da sociedade que subsistem abaixo da linha da miséria — uma conjuntura de vulnerabilidade socioeconômica decorrente, sob a ótica geopolítica, de variadas formas de ingerência externa, que abrangem desde ocupações territoriais sob o pretexto de ajuda humanitária deficitariamente planejadas até bloqueios econômicos de viés ideológico.

No caso específico do Haiti, o estopim para a emigração em massa com destino a São Paulo também se vincula a desastres socioambientais, notadamente o terremoto de grande magnitude que devastou o país em 2010. Esse evento catalisou

a pobreza preexistente e agravou a histórica desigualdade na distribuição de renda local, característica crônica compartilhada com outras nações da América Latina, região que registra alguns dos piores índices de desenvolvimento humano e social em âmbito global. Por conseguinte, as acentuadas disparidades estruturais do continente impactam negativamente a capacidade de poupança nacional, a dinâmica do mercado interno e a saúde pública. Esse cenário não apenas fomenta a exclusão social, mas também corrói a coesão interna e debilita a governabilidade democrática, consolidando-se como o principal fator de expulsão populacional. Por fim, ao se estabelecerem no destino, esses indivíduos estruturam redes de solidariedade que viabilizam a migração de seus compatriotas, reproduzindo um comportamento histórico observado em fluxos migratórios prévios direcionados à capital paulista.

> O auxílio entre irmãos, parentes, amigos e conterrâneos parece ter sido comum durante os fenômenos emigratórios, dos quais as mais diversificadas formas de ajuda eram compartilhadas nas suas mais diversas formas. Além das cartas de chamada, havia a troca de informações que percorria o atlântico e chegava aos ouvidos dos moradores das ilhas, que tinham em comum o objetivo de emigrar a fim de mudar as suas histórias. As memórias que definem de certa forma essa rede de relações entre os membros de uma família se encontra em diversas falas, que representam certos direcionamentos antes da escolha do local, da viagem e seus preparativos. (Ângelo, 2022, p. 45)

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o território brasileiro tornou-se destino de expressivos fluxos migratórios latino-americanos, com destaque para o contingente de cidadãos oriundos da Venezuela e do Haiti. Diante dessa conjuntura, o ordenamento jurídico nacional foi atualizado por meio da promulgação da Lei nº 13.684/2018, cujo escopo central reside na definição de diretrizes para a assistência emergencial a migrantes e imigrantes vulneráveis em decorrência de crises humanitárias. Originada da conversão da Medida Provisória nº 820/2018, a tramitação da matéria legislativa foi marcada pelo veto ao artigo que propunha o estabelecimento de cotas para a recepção de imigrantes venezuelanos. Embora a formulação da norma tenha sido motivada, precipuamente, pela pressão migratória observada no estado de Roraima, seu arcabouço normativo possui aplicabilidade extensiva a outros contextos análogos, a exemplo do fluxo migratório haitiano. Desse modo, o incremento demográfico estrangeiro nas últimas décadas impulsionou a consolidação de um novo marco regulatório para o acolhimento humanitário no Brasil.

Haiti: fragmentos de história, fios de memória

A despeito das acentuadas assimetrias geográficas que distanciam o Brasil, uma potência de dimensões continentais no Atlântico Sul, e o Haiti, um Estado insular localizado no Caribe, ambas as nações convergem em consonâncias históricas significativas. Ambos os territórios partilham um passado de colonização europeia (com a ressalva de que o Haiti, embora inicialmente disputado, consolidou-se sob o domínio francês, e não ibérico), foram estruturados sob o prisma de processos diaspóricos decorrentes do tráfico transatlântico de escravizados e enfrentaram regimes ditatoriais autocráticos e severas crises econômicas no crepúsculo do século XX.

No âmbito cultural, conquanto o distanciamento linguístico e lacunas na produção historiográfica mútua criem barreiras, a literatura haitiana manifesta uma densidade equiparável à brasileira. Essa pujança encontra expressão proeminente na obra de Dany Laferrière, autor de matriz crioula cuja abordagem do realismo mágico evoca a genialidade do Nobel colombiano Gabriel García Márquez. Paralelamente, no cenário brasileiro, a gênese do Realismo pode ser associada a intelectuais e críticos como José Veríssimo. A produção de Laferrière tangencia as tensões e hibridismos identitários entre o Haiti, a França, o Canadá e os Estados Unidos, espelhando a complexidade transnacional de sua própria trajetória biográfica. Contudo, subsistem profundas lacunas acadêmicas no que tange ao conhecimento sistemático da produção cultural haitiana no Brasil, um fenômeno de marginalização intelectual que se assemelha, embora em menor escala, ao tratamento conferido aos estudos africanos.

A presente análise propõe uma reconstituição histórica de marcos fundamentais do Haiti. O objetivo é compreender as dinâmicas socioeconômicas e políticas que conduziram a primeira República independente da América Latina, outrora próspera durante parte do século XIX, ao seu contemporâneo estado de crise humanitária generalizada. Por conseguinte, examinam-se as causas subjacentes ao deslocamento forçado de sua população, culminando na investigação focalizada dos atuais fluxos migratórios haitianos direcionados ao município de São Paulo.

A cidade de São Paulo consolidou-se historicamente como um polo de acolhimento demográfico, caracterizado inicialmente pelo influxo de imigrantes europeus e migrantes do Nordeste brasileiro, e, contemporaneamente, pela recepção de fluxos migratórios e de refugiados da América Latina, com destaque para

bolivianos, cubanos, venezuelanos e haitianos. O foco analítico na imigração haitiana justifica-se pela analogia estabelecida pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), que compara a magnitude e o impacto desse fenômeno aos movimentos migratórios italiano e japonês ocorridos durante o período imperial e os primeiros anos da República brasileira.

Sob a perspectiva historiográfica, o recuo temporal demonstra que a trajetória contemporânea do Haiti remonta à chegada de Cristóvão Colombo em 1492, evento cujos desdobramentos geraram impactos profundamente desastrosos para a região. Na Costa Norte do território que viria a ser o Haiti, Colombo fundou a Vila *La Natividad*, configurando o marco inicial do povoamento europeu no Novo Mundo. A ilha de São Domingos — também denominada *La Hispaniola,* constituiu o primeiro território alcançado pelo navegador genovês sob o patrocínio da Coroa Espanhola, em um contexto no qual se supunha ter atingido as Índias. Dois anos após o contato inicial, estabeleceu-se a primeira cidade local, *La Isabela*, batizada em homenagem à Rainha Isabel, a Católica. Até o ano de 1505, a Coroa espanhola já havia promovido quatro expedições na região, resultando na fundação de 17 vilas estruturadas moldadas nos padrões urbanísticos europeus.

Alinhada ao padrão de colonização ibérica implementado nas demais possessões coloniais, a administração de São Domingos impôs severas restrições comerciais e políticas, culminando no genocídio da maior parte da população autóctone. Esse contingente populacional foi progressivamente substituído por nativos de outras ilhas caribenhas e por africanos escravizados, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento de uma economia agroexportadora. Paradoxalmente, o território de São Domingos sediou as primeiras instituições de ensino superior das Américas: a Universidade de São Tomás de Aquino, fundada em 1538, e a Universidade de Santiago da Paz, criada dois anos subsequentes. Conforme aponta o historiador Leon Pomer, São Domingos manteve a posição de principal centro urbano do Caribe até meados do século XVIII.

O fenômeno da pirataria marcou profundamente a região do Caribe, com incursões recorrentes à ilha de São Domingos, notadamente sob a liderança do corsário inglês Sir Francis Drake. Diante dessa ameaça, a Coroa espanhola viu-se compelida a defender o território que havia colonizado e submetido a um intenso processo de espoliação e declínio demográfico nativo. Como estratégia defensiva, a

metrópole determinou, em 1603, o despovoamento da porção setentrional da ilha. Essa medida abriu espaço para que a França, outra potência colonial europeia, ocupasse a região ocidental — correspondente ao atual Haiti. A soberania francesa sobre a colônia de São Domingos só foi formalmente reconhecida pela Espanha em 1697, por meio do Tratado de Ryswick. Paralelamente, estabeleceu-se na região um dinâmico fluxo comercial com nações neutras, acompanhado por um modesto processo migratório oriundo das Ilhas Canárias.

São Domingos consolidou-se como a colônia francesa mais próspera do continente americano, impulsionada sobretudo pela economia açucareira. Em 1785, o território de aproximadamente 30 mil km² abrigava uma população de cerca de meio milhão de africanos escravizados. Embora as propriedades rurais também se dedicassem ao cultivo de cacau, algodão e tabaco, foram o açúcar e o café que enriqueceram a colônia, tornando-a a região economicamente mais expressiva do Caribe. Às vésperas da Revolução Francesa, a localidade respondia por 40% do açúcar e 60% do café consumidos no mercado europeu, superando a produção somada de todas as Antilhas Britânicas. Essa opulência econômica fundamentava-se na exploração sistemática da força de trabalho de homens, mulheres e crianças negras. Para subjugar o contingente majoritário de escravizados, a classe senhorial recorria a métodos desumanos e a punições corporais extremas que, conforme aponta Paviani, funcionavam como ferramentas de demonstração e manutenção do poder colonial.

> (...) a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros. A origem do termo violência, do latim, violentia, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética. (PAVIANI, 2016, p. 8)

Contudo, com o advento da Revolução Francesa, o panorama político e social transformou-se substancialmente. A proclamação dos princípios de liberdade e igualdade universal pela Assembleia Nacional de Paris ecoou de maneira profunda na colônia de São Domingos. Esse ideário impulsionou a insurreição dos escravizados contra a elite agroexportadora de cana-de-açúcar. Ademais, as recorrentes interferências espanholas na porção francesa da ilha acabaram por catalisar o levante,

ainda que de forma involuntária, visto que a Coroa Espanhola jamais fomentaria a emancipação de populações escravizadas.

A conjuntura da população cativa em São Domingos era notavelmente caótica, caracterizando-se como um dos regimes de exploração mais severos do Caribe. Posteriormente, a abolição da escravidão decretada por Robespierre alinhou os insurgentes haitianos aos interesses franceses, resultando em apoio militar mútuo contra as invasões espanholas e britânicas.

No âmbito sociocultural, o vodu consolidou-se na região como uma prática religiosa sincrética, resultante da fusão entre o catolicismo e os ritos de matriz africana. Paralelamente, o processo de simplificação do idioma francês deu origem ao *créole* (crioulo haitiano), que se estabeleceu como língua franca da população negra e permanece amplamente falado na atualidade. Embora a elite francófona local historicamente marginalize o *créole*, estigmatizando-o como um dialeto vulgar e desprovido de valor acadêmico, para a maioria da população o idioma representa um pilar fundamental de sua identidade, expressão cultural e patrimônio imaterial.

A emancipação dos escravizados em São Domingos revelou-se efêmera diante da ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, cujo governo estipulou a restauração do antigo regime colonial e a consequente reinstalação da escravidão. Todavia, a tentativa de recondução ao cativeiro esbarrou em uma vigorosa e obstinada resistência popular. O conflito subsequente pela liberdade caracterizou-se por extrema violência e beligerância, com atrocidades perpetradas por ambas as facções. Paralelamente aos confrontos bélicos, as tropas napoleônicas foram severamente fustigadas por uma epidemia de febre amarela, fator que culminou na expulsão dos franceses. Assim, em 1804, a porção ocidental da ilha consolidou sua independência, fundando o Haiti, a primeira república liderada por negros na era contemporânea, o primeiro Estado soberano da América Latina e a segunda nação livre das Américas, precedida apenas pelos Estados Unidos. Sob a liderança de Jean-Jacques Dessalines, o novo Estado rompeu os laços com a metrópole francesa; paralelamente, a porção oriental da ilha (atual República Dominicana) seguiu uma trajetória distinta de disputas coloniais e emancipatórias, desvinculando-se formalmente da Espanha em 1821 e passando por um período de unificação com o Haiti antes de sua independência definitiva em 1844. Toussaint L'Ouverture, precursor desse processo e principal artífice da resistência, consolidou-se como o baluarte das concepções

políticas mais progressistas do continente durante o período em que governou o território.

O arcabouço ideológico da Revolução Francesa foi amplamente assimilado pelas lideranças das insurreições escravistas, sujeitos históricos que C. L. R. James (2010) conceitualizou como os "Jacobinos Negros". Toussaint idealizou a transformação da colônia de São Domingos em um Estado soberano que cooperaria com a França revolucionária em condições de paridade geopolítica, convertendo a ilha no epicentro do pensamento iluminista e libertário nas Américas. Embora o projeto original de conciliação com a metrópole tenha fracassado e culminado no trágico aprisionamento e morte de L'Ouverture, os desdobramentos de sua atuação foram determinantes para a posterior formalização da independência haitiana.

O não reconhecimento inicial da República do Haiti pelos Estados Unidos decorreu do temor de que um Estado soberano governado por ex-escravizados desestabilizasse as estruturas plantationistas do Sul-americano, onde a economia permanecia estritamente vinculada ao modo de produção escravista. O reconhecimento diplomático por parte de Washington ocorreu apenas seis décadas mais tarde, no contexto da Guerra Civil Americana, após a secessão dos Estados Confederados do Sul.

Paralelamente, o cenário europeu impôs severas restrições ao novo Estado. França e Inglaterra articularam bloqueios comerciais e isolaram o Haiti, motivadas pelo impacto simbólico e geopolítico da primeira república negra das Américas. Para conceder o reconhecimento formal, Paris exigiu o pagamento de uma vultosa indenização compensatória pela perda de terras e de cativos. Essa dívida, oficializada duas décadas após a independência, forçou o país a contrair empréstimos onerosos, o que comprometeu sistematicamente suas finanças públicas e estrangulou seu crescimento econômico por gerações.

No âmbito continental, embora o Haiti tenha fornecido apoio logístico e financeiro às campanhas de libertação lideradas por Simón Bolívar na América do Sul, as novas repúblicas hispano-americanas perpetuaram o boicote diplomático. O receio do "haitianismo", a difusão de revoltas escravas, fez com que as lideranças e caudilhos sul-americanos isolassem politicamente a nação caribenha por quase um século.

Contudo, sob uma perspectiva macroeconômica e interna, o Haiti vivenciou períodos de relativa estabilidade ao longo do século XIX, apresentando indicadores de desenvolvimento comparáveis aos de outras nações latino-americanas da época. No campo cultural, o período foi marcado por uma efervescência singular, com destaque para a produção literária e o florescimento das artes plásticas, sobretudo a pintura.

Após a sua emancipação política, o Haiti foi governado por mais de trinta chefes de Estado, cujos mandatos refletiam uma alternância regular entre as diferentes facções oligárquicas locais. A instabilidade institucional crônica que caracterizava o país ganhou contornos geopolíticos após a construção do Canal do Panamá em 1904. O Haiti adquiriu uma centralidade estratégica para os Estados Unidos, culminando na intervenção militar e subsequente ocupação norte-americana entre 1915 e 1934, cujo objetivo primordial era assegurar o controle das rotas marítimas de acesso ao canal.

Posteriormente, o cenário político foi dominado por François Duvalier (conhecido como *Papa Doc*), intelectual que presidiu o país por quase três décadas por meio de um regime autocrático baseado no terror estatal. Para sustentar sua permanência no poder, Duvalier alinhou-se à hegemonia de Washington, transmutando o Estado haitiano em um satélite geopolítico dos Estados Unidos. Esse alinhamento evidenciou-se no plano diplomático durante a conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual o Haiti chancelou a exclusão de Cuba do sistema interamericano em troca de apoio financeiro e político, gerando ampla repercussão negativa internacional.

Em 1964, concomitantemente ao advento do regime militar no Brasil, Duvalier logrou a aprovação de um decreto legislativo que instituía seu filho, Jean-Claude Duvalier (*Baby Doc*), de dezenove anos, como herdeiro da presidência vitalícia. Com o falecimento do patriarca, o jovem mandatário herdou a estrutura de poder absolutista, um vultoso patrimônio financeiro e a tutela geopolítica do governo estadunidense. Coadjuvado por sua mãe, Simone Duvalier, o governo prolongou-se por quinze anos, período marcado pelo endividamento externo sistemático e por uma severa recessão econômica que atraiu forte pressão da comunidade internacional. Jean-Claude foi deposto deixando o país em colapso socioeconômico, contrastando com a opulência de sua fortuna pessoal.

Em suma, a trajetória histórica do Haiti durante a maior parte do século XX foi balizada por ditaduras autocráticas, corrupção endêmica, ineficiência administrativa e uma sucessão recorrente de golpes de Estado que inviabilizaram a consolidação democrática.

> As lutas internas pelo poder e as constantes intervenções estrangeiras de todo o tipo, desde a colônia até o presente, a Francesa, a Inglesa, a Espanhola, a Norte-Americana não permitiram a formação de uma homogeneidade compacta da população. Nem americano, nem africano, profundamente caribenho, o Haiti ainda é somente um país não é uma nação. Essa situação de transição e divisão se reflete nos elementos culturais da população e condiciona suas potencialidades em relação ao seu desenvolvimento. (Grondin, 1985, p. 11)

No início do século XXI, o cenário político haitiano foi novamente marcado pela instabilidade, caracterizada por sucessivos golpes de Estado e pela intervenção militar dos Estados Unidos. Após a retirada das forças norte-americanas, período no qual houve o desenvolvimento de infraestrutura rodoviária e a estruturação do aparato policial, o país enfrentou um novo ciclo de regimes ditatoriais, volatilidade econômica e corrupção institucional. Diante desse quadro de crise socioeconômica, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi acionada para intervir formalmente no território.

Nesse contexto, contingentes militares brasileiros integraram a missão de paz com o objetivo de assegurar a ordem pública e cooperar em projetos de saúde pública e infraestrutura. Os principais confrontos ocorreram em Porto Príncipe, cuja pacificação foi delegada às forças brasileiras, que aplicaram táticas operacionais semelhantes às utilizadas no combate à criminalidade em contextos urbanos vulneráveis no Rio de Janeiro, notoriamente no Complexo do Alemão.

Quando os indicadores de estabilidade política e econômica começaram a convergir para uma aparente normalização, o país foi atingido, em 2010, por um terremoto de grande magnitude. O abalo sísmico devastou a capital e resultou na perda de mais de 200 mil vidas, desencadeando uma crise humanitária sem precedentes. Subsequentemente, por meio de assistência internacional coordenada pela ONU, o Haiti iniciou um complexo processo de mitigação dos impactos causados pelo desastre natural, embora sua estrutura econômica tenha permanecido profundamente fragilizada.

Haitianos na capital paulista: mercado informal, racismo e exclusão

Imediatamente após o catastrófico sismo que assolou o Haiti em 2010, registrou-se um expressivo fluxo migratório em direção ao exterior, tendo a cidade de São Paulo como um dos principais destinos desse contingente. No ano subsequente, em 2011, o cenário político local foi marcado pela ascensão democrática de Michel Martelly, conhecido artisticamente como "Sweet Micky", cuja plataforma de governo baseava-se no prestígio popular e em promessas voltadas à reforma educacional e à reestruturação econômica. Esse novo panorama político motivou o retorno espontâneo de parcelas da diáspora haitiana, as quais buscavam reinvestir no país o capital financeiro, intelectual e as experiências transnacionais acumuladas no exterior, visando a reconstrução nacional.

Contudo, as expectativas de estabilização socioeconômica foram severamente frustradas nos anos seguintes. Em 2021, o então presidente em exercício, Jovenel Moïse, foi assassinado em sua residência oficial. Conforme investigações publicadas pelo periódico *El País* (GARCIA, 2021), Moïse planejava submeter às autoridades governamentais dos Estados Unidos um dossiê contendo a identificação de elites políticas e empresariais haitianas vinculadas ao narcotráfico. No mesmo atentado, a primeira-dama, Martine Moïse, sofreu ferimentos graves; em depoimento posterior, ela corroborou que o grupo de executores, composto majoritariamente por mercenários colombianos, vasculhou o imóvel em busca dos referidos documentos comprometedores. Diante desse histórico de rupturas institucionais, constata-se que o movimento de repatriação motivado pelo desejo de reconstrução e estabilidade foi, mais uma vez na trajetória geopolítica da nação caribenha, interrompido pela violência e pela crise sistêmica.

Uma parcela significativa do fluxo migratório haitiano direcionado ao Brasil a partir de 2010 estabeleceu-se na região metropolitana de São Paulo. A inserção desses sujeitos no espaço urbano paulistano evidencia dinâmicas complexas de interação social; embora integrados ao mercado de trabalho local, nota-se, frequentemente, uma postura de reserva e resguardo comunicativo em abordagens cotidianas, caracterizada por respostas concisas e pelo distanciamento cortês. Essa realidade também se manifesta no ambiente universitário, como observado no setor terceirizado de limpeza da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde tentativas de interlocução com colaboradoras haitianas demonstram barreiras significativas para o estabelecimento de um diálogo aprofundado.

Paralelamente, constatam-se imprecisões conceituais na categorização dos diferentes deslocamentos humanos contemporâneos na América Latina, com especial centralidade nos fluxos originários do Haiti e da Venezuela. Entre os próprios migrantes e no debate público, observa-se uma sobreposição e indistinção entre as figuras jurídicas e sociológicas do imigrante, do refugiado e do exilado político, ainda que tais grupos partilhem de vulnerabilidades e vivências transversais no país de recepção.

Sob a ótica conceitual, o imigrante define-se pelo deslocamento voluntário de seu país de origem em direção a outro Estado, com o propósito de fixar residência temporária ou definitiva. O estatuto jurídico desse indivíduo é regulado pela legislação nacional do Estado acolhedor, sujeitando-se às alterações normativas e políticas migratórias vigentes em cada território. Embora as motivações para a migração sejam multifatoriais, as assimetrias econômicas consolidam-se como o principal vetor desse processo, impulsionadas pela busca por mobilidade social e pela expectativa de subsistência e dignidade no país de destino.

No cenário latino-americano da segunda metade do século XIX, o Brasil configurou-se como o principal destino dos fluxos migratórios europeus. Esse fenômeno intensificou-se substancialmente a partir de 1870, impulsionado pela iminente abolição da escravidão e pela consequente escassez de mão de obra nas lavouras cafeeiras. A província de São Paulo consolidou-se como o núcleo irradiador desse processo, sustentada pela economia do "ouro verde", que deslocou o eixo econômico nacional. Esse dinamismo financeiro garantiu a hegemonia política e cultural da oligarquia cafeeira, a qual viabilizou a contratação e a inserção do imigrante tanto no meio rural quanto no urbano.

Posteriormente, na década de 1960, sob a vigência do regime militar brasileiro, delineou-se um fluxo imigratório de caráter marcadamente intelectual. Tratava-se de intelectuais portugueses que, sob o impacto da repressão da Ditadura Salazarista em seu país de origem, buscaram refúgio no Brasil. Esses sujeitos integraram-se a instituições de ensino superior — com destaque para a Universidade de São Paulo (USP) —, à grande imprensa, ou estabeleceram ateliês de pintura e escritórios de arquitetura. Paralelamente à atuação profissional, mantiveram forte engajamento político-partidário, fundando periódicos de resistência como o *Portugal Democrático*, no Rio de Janeiro, e o *Portugal Livre*, em São Paulo.

Conforme evidenciado pelo percurso histórico, a legislação que regula o estatuto do migrante é dinâmica, reconfigurando-se para atender às especificidades de cada conjuntura histórico-política. Nesse sentido, a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) estabeleceu novas diretrizes jurídicas, nomenclaturas e obrigações para estrangeiros que trabalham, residem ou se estabelecem de forma temporária ou definitiva no território brasileiro.

Os fluxos migratórios direcionados ao Brasil configuram-se por diferentes modalidades jurídicas de ingresso e permanência. Os indivíduos que visam à fixação definitiva no território nacional devem submeter-se ao processo de solicitação de autorização de residência, ao passo que aqueles com propósitos temporários recebem o visto da mesma natureza. Há, ainda, contingentes em caráter de transitoriedade que demandam vistos de visita, diplomáticos, oficiais ou de cortesia. As motivações subjacentes a esses deslocamentos são heterogêneas, englobando atividades de pesquisa e extensão acadêmica, tratamentos de saúde, investigações científicas, tecnológicas ou culturais, além de razões de acolhida humanitária e reunião familiar. Sob essa perspectiva multidimensional, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2015, o país abrigava 1,8 milhão de imigrantes, contingente acrescido de outros 126.258 indivíduos no ano de 2016.

No âmbito do direito internacional, a condição da pessoa perseguida em seu país de origem por motivações políticas, e que solicita acolhimento a outra soberania, é formalizada como asilo político. A concessão desse estatuto pressupõe que o solicitante não tenha cometido crimes comuns ou esteja sob processo judicial correlato. Historicamente, a prática institucional do asilo remonta à consolidação do Estado Moderno, cujo marco originário se estabelece em 1648 com a assinatura da Paz de Westfália, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos na Europa. Cumpre ressaltar que a admissão do pedido de asilo político constitui ato discricionário do Estado receptor, estabelecendo-se um vínculo jurídico estritamente individual entre o acolhido e a nação acolhedora. Conquanto o asilo político não represente o escopo central deste artigo, sua delimitação conceitual faz-se necessária para fins de distinção analítica.

Diferente do asilado, o refugiado constitui outra categoria de migrante forçado. Essa definição aplica-se a todo indivíduo que, premido por fundados temores de perseguição decorrentes de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões

políticas, encontra-se fora de seu país de nacionalidade e carece de sua proteção. A Organização das Nações Unidas (ONU) caracteriza a contemporaneidade como o cenário da mais grave crise humanitária do século. Em 2015, o volume global de indivíduos deslocados de suas pátrias em decorrência de perseguições políticas ou religiosas atingiu a marca de 65,3 milhões de pessoas.

Por decisão da Assembleia Geral de 1950 (Resolução n. 429-V), a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a Conferência de Plenipotenciários em Genebra, no ano subsequente, com o objetivo de redigir um tratado regulador do regime jurídico dos refugiados. Desse esforço diplomático, resultou a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, adotada em 28 de julho de 1951 e em vigor a partir de 22 de abril de 1954. O referido diploma legal fundamenta-se no princípio da não discriminação, vedando distinções baseadas em raça, religião, sexo ou país de origem, e consolida garantias essenciais, tais como a definição jurídica de "refugiado", o princípio do *non-refoulement* (proibição de expulsão ou devolução forçada) e a regularização documental por meio da emissão de salvo-condutos.

Conforme abordado anteriormente, cumpre diferenciar o refúgio de outras categorias migratórias, uma vez que o status de refugiado não se estende indiscriminadamente a todos os imigrantes. O fluxo migratório de cidadãos haitianos para o Brasil, intensificado após o terremoto de 2010 devido à severa crise socioeconômica no país de origem, exemplifica essa distinção conceitual. Sob a ótica do ordenamento jurídico e da doutrina internacional tradicional, essa população não se enquadra estritamente como refugiada.

Para regulamentar essa situação, o governo brasileiro editou mecanismos normativos específicos, concedendo aos imigrantes haitianos vistos de residência permanente por razões humanitárias. Estima-se que, desde o desastre ambiental de 2010, cerca de 40 mil haitianos ingressaram em território nacional. À luz da legislação vigente e dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, consolidados na Convenção de 1951 e no seu Protocolo de 1967, assegura-se a essa comunidade o direito a um tratamento digno e a salvaguarda de seus direitos civis, garantindo a eficácia do direito universal de buscar e receber asilo.

O estado de São Paulo configurou-se como a primeira unidade federativa do Brasil a instituir um órgão colegiado exclusivo para a tutela dos interesses de populações refugiadas. Trata-se do Comitê Estadual para Refugiados (CER),

presidido pelo Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania. O comitê tem como prerrogativa a garantia dos direitos de estrangeiros sob o amparo da Lei Federal nº 9.474/1997, por meio da formulação de políticas de assistência, inclusão social e salvaguarda dos direitos humanos.

A estrutura do CER é caracterizada por sua composição intersetorial, congregando dez pastas do poder executivo paulista e representantes da sociedade civil. O corpo governamental é integrado pelas secretarias da Justiça e da Defesa da Cidadania, Casa Civil, Economia e Planejamento, Habitação, Assistência e Desenvolvimento Social, Emprego e Relações de Trabalho, Educação, Saúde, Relações Institucionais, Cultura e Segurança Pública. Adicionalmente, compõem o colegiado dois representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) dedicadas a atividades de assistência e proteção a refugiados nos âmbitos estadual e nacional.

No nível municipal, a cidade de São Paulo também desenvolveu um arcabouço legislativo próprio voltado aos fluxos migratórios. Aprovada pela Câmara Municipal e sancionada durante a gestão do prefeito Fernando Haddad, a referida legislação teve suas diretrizes apresentadas publicamente no Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento. O objetivo central dessa norma consiste em promover os direitos humanos de imigrantes e refugiados, consolidando princípios fundamentais para a governança local da migração.

A despeito dos avanços normativos, a dimensão prática da acolhida evidencia a centralidade do suporte humanitário civil. Esse cenário é ilustrado pelo fluxo de emigrados haitianos que, ao ingressarem na capital paulista, somaram-se a outros contingentes de estrangeiros abrigados em um salão adaptado na Paróquia Nossa Senhora da Paz, localizada na região do Glicério. Sob a coordenação do padre Paolo Parise, o espaço desenvolveu uma ação humanitária referencial no atendimento a essas populações vulneráveis.

Anexa à instituição religiosa funciona a Casa do Migrante, espaço dotado de infraestrutura básica de acolhimento cuja capacidade instalada de 110 vagas operava em saturação de ocupação, com destaque para o período inicial de fluxo de imigrantes haitianos no município. Relatórios da época registram o caráter crítico do cenário humanitário: parcela significativa dos recém-chegados apresentava privação de higiene por até quatro dias e privação alimentar superior a 24 horas. Sob a

coordenação do Padre Parise, foram mobilizados recursos emergenciais, como alimentação, cobertores e colchonetes, além de acomodações improvisadas, a exemplo do alojamento de mais de vinte mulheres nos corredores do saguão paroquial. O impacto psicossocial e a vulnerabilidade dos sujeitos eram também manifestados em rituais ecumênicos direcionados à inserção laboral e à resolução da crise.

O perfil demográfico majoritário desse fluxo migratório em São Paulo correspondia a indivíduos que fragmentaram seus núcleos familiares, deixando parentes no país de origem. Narrativas biográficas coletadas pelo Portal R7 (2019) ilustram as frustrações com as expectativas de empregabilidade no mercado receptor, bem como o elevado custo financeiro e logístico do deslocamento. O caso do ex-agricultor Vilsenor Rebeca, de 37 anos, exemplifica essa dinâmica: o migrante investiu quatro mil dólares em um itinerário transnacional de quinze dias, partindo de Porto Príncipe e transitando por Panamá, República Dominicana, Equador, Peru, Bolívia e Acre, acrescido de três dias de transporte rodoviário até a capital paulista. Adicionalmente, os relatos evidenciam barreiras de integração cultural e episódios de xenofobia no cotidiano urbano, conforme a vivência de Jeaneenis, de 40 anos, que reportou episódios frequentes de hostilidade verbal e sofrimento emocional no período inicial de sua chegada. Essa rota e as subsequentes adversidades estruturais alinham-se à trajetória histórica da maioria dos imigrantes estabelecidos no estado de São Paulo.

Os fluxos migratórios de haitianos para o Brasil iniciaram-se de forma incipiente após o terremoto de 2010, registrando uma intensificação nos anos de 2011 e 2012. Dados estatísticos do Ministério da Justiça apontam que, nesse período, aproximadamente 4 mil imigrantes ingressaram de maneira irregular no território nacional, utilizando as fronteiras do Acre e do Amazonas, bem como rotas alternativas por Roraima, Mato Grosso e Amapá.

De acordo com a pesquisa de doutorado do professor José Ailton, defendida na Faculdade de Saúde Pública da USP, cujo escopo central aborda a exclusão e a invisibilidade da comunidade caribenha no município de São Paulo, a trajetória do imigrante haitiano é marcada por severos percalços, com destaque para o racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira. Adicionalmente, constata-se que os fatores determinantes para a emigração haitiana transcendem o desastre natural de

2010; a conjuntura de instabilidade e violência política, agravada a partir de 2004, configurou-se como um vetor crucial para o deslocamento dessa população.

> (...) a "descoberta" do Brasil pelos haitianos se deu por volta de 2004. A Minustah (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti) foi criada, em fevereiro daquele ano, para reestabelecer a segurança e a normalidade do país caribenho após sucessivos episódios de violência e turbulência política, que culminaram com a queda do então presidente Jean Bertrand Aristide. Desde o início, a operação internacional foi liderada pelo Brasil. "Obviamente alguns haitianos já conheciam o nosso país, mas desde a missão esse conhecimento se intensificou, assim como a ideia de vir para cá e tentar uma vida melhor (...) mas, O Brasil é um dos países mais mistos mundialmente, formado por diversas culturas e etnias. No entanto, ainda assim, é um país racista. E São Paulo escancara isso. (Portal R7, 01/04/2019).

Embora casos de adaptação bem-sucedida sejam registrados, eles configuram-se como exceções que servem de estímulo à comunidade migrante. Como evidência empírica dessa inserção socioeconômica local, observa-se que, dos dezoito estabelecimentos comerciais situados nas proximidades da paróquia católica na Baixada do Glicério, seis são de propriedade de cidadãos haitianos. Desse modo, o bairro do Glicério passou por um processo de ressignificação espacial e cultural, impulsionado pelos laços de solidariedade, corresponsabilidade e religiosidade construídos entre os imigrantes, os residentes tradicionais e os comerciantes locais. A dimensão religiosa e cultural ganha materialidade na presença de três igrejas evangélicas que celebram cultos em idioma *créole*, bem como na Missão Nossa Senhora da Paz, espaço que sedia festividades tradicionais voltadas à difusão da música e da gastronomia haitianas.

De acordo com os relatos coletados junto a moradores e comerciantes da região, os imigrantes haitianos são descritos como indivíduos laboriosos, com alta capacidade de aprendizagem e, em expressiva parcela, detentores de diplomas de ensino superior. Contudo, essa qualificação profissional contrasta severamente com as barreiras estruturais do mercado de trabalho formal, evidenciando o racismo sistêmico na sociedade brasileira. Essa dinâmica foi corroborada pelo depoimento de um imigrante haitiano de aproximadamente 40 anos, aqui identificado sob o pseudônimo de "Professor José Ailton", em decorrência do receio de represálias e da perda de seu posto de trabalho. O entrevistado relatou que ele e seus compatriotas,

mesmo com formação superior em áreas diversas, como engenharia, saúde e educação, veem-se compelidos a aceitar subempregos e postos precarizados. Esse cenário decorre do preconceito e do racismo institucionalizado por parte de recrutadores, que barram o acesso de haitianos qualificados às suas respectivas áreas de especialização. Trata-se, portanto, de um fenômeno de exclusão que transcende a condição do migrante, alinhando-se às dinâmicas já consolidadas do racismo estrutural no Brasil.

Considerações Finais

O estudo desenvolvido pelo sociólogo José Ailton configura-se como uma das principais referências bibliográficas acerca da imigração haitiana no município de São Paulo, justificando-se, portanto, o aprofundamento de suas premissas teóricas e empíricas. Em convergência com os achados da pesquisa, a reportagem "Exclusão e sofrimento marcam a vida de imigrantes haitianos em São Paulo", veiculada pelo *Jornal da USP*, reitera a premência de se reestruturarem as políticas públicas locais e de se implementarem novos mecanismos de acolhimento e integração social direcionados tanto a esse contingente quanto aos demais fluxos migratórios diários. A investigação detalha as trajetórias de vulnerabilidade dos sujeitos, evidenciando categorias como exclusão, invisibilidade e, fundamentalmente, o sofrimento social. Demonstra-se que indivíduos do sexo masculino, hígidos, em idade produtiva e aptos para a inserção no mercado de trabalho são submetidos a condições severas de privação material, culminando em um sentimento de insurgência diante da realidade estrutural, racial e social brasileira.

O pesquisador acompanhou a trajetória da imigração haitiana para a cidade de São Paulo a partir do marco de 2004, período em que o Exército Brasileiro integrou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). Essa intervenção militar deixou um legado amplamente controverso. Conforme reportado por Leticia Macedo (2021) na seção internacional do Portal UOL, a operação militar comprometeu a imagem das forças internacionais devido a abusos perpetrados por soldados contra a população local, destacando-se o estupro entre as denúncias recorrentes. Segundo a jornalista: As milhares de denúncias de abusos sexuais contra a Minustah, praticados por soldados, funcionários civis da ONU e de toda a organização da ajuda humanitária, também mancharam a imagem da operação (Macedo, 2021, s/p).

Em depoimento concedido à reportagem, o estudante haitiano Eddy Celestian corroborou o cenário de violência ao afirmar que "vários integrantes da Minustah tiveram filhos com mulheres haitianas, muitos frutos de estupro, e essas crianças estão atualmente crescendo sem os pais" (Macedo, 2021, s/p). A partir desse panorama histórico, o estudo detalha o severo percurso de vulnerabilidade enfrentado pelos migrantes desde a saída de seu país de origem.

Para subsidiar empiricamente a pesquisa, o sociólogo José Ailton recorreu à observação participante e à inserção em campo. O pesquisador partilhou do cotidiano dos migrantes, pernoitando em pensões por eles habitadas e, inclusive, acompanhando nas ruas indivíduos desprovidos de recursos financeiros e habitacionais. Mediante frequentes incursões à região do Glicério e a convivência com a Missão da Paz, o autor utilizou o aporte metodológico da História Oral. Essa abordagem permitiu registrar os testemunhos e as vivências cotidianas desses sujeitos sociais desde sua chegada a São Paulo, delineando com rigor científico as barreiras estruturais e o sofrimento social que caracterizam essa trajetória humana.

> (...) São Paulo tem recebido esses imigrantes negros que não falam o idioma local e que se somam às mazelas sociais da metrópole com resposta imediata de altas cargas de racismo e xenofobia. Nesse sentido, a pesquisa questiona se a maior metrópole do Brasil tem correspondido às expectativas desses imigrantes a partir do olhar deles. Para responder a essas indagações, a tese apresenta uma revisão de algumas das principais abordagens teóricas sobre migração e sofrimento social. Para além dessas abordagens e para realizar essa pesquisa, Santos adotou uma metodologia rastreada na etnografia, que humaniza o trabalho científico a partir dos relatos reais de personagens que compõem o cenário, além de conceituações teóricas de outros pesquisadores. (Jornal da USP, 04/10/2018).

A persistência de demandas humanitárias não resolvidas nas fronteiras do Brasil com seus vizinhos sul-americanos contextualiza um cenário dinâmico, marcado por fluxos migratórios heterogêneos. Historicamente, a região central de São Paulo, notadamente o entorno da Estação da Luz, abrigou contingentes expressivos de imigrantes bolivianos submetidos à exploração laboral em oficinas de costura voltadas ao comércio atacadista local. Recentemente, essa dinâmica fronteiriça foi intensificada por novas ondas migratórias oriundas do norte do continente, especialmente de venezuelanos. No estado de Roraima, esse fluxo gerou uma crise humanitária complexa e de elevado risco, que sobrecarrega as comunidades locais e impacta diretamente os povos indígenas da região, os quais, a depender da localização geográfica, convertem-se em acolhedores dessa conjuntura crítica. Nesse

panorama, especificamente em relação ao fluxo haitiano, destaca-se que: “a atuação da chancelaria brasileira, em conjunto com os governos do Peru, do Equador e da Bolívia, é de suma importância para coibir a atuação de quadrilhas e dos coiotes, que exploram de forma desumana a fragilizada situação dos imigrantes.” (Moraes et al., 2013, p. 98).

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, Elis Regina B. Memórias e experiências açorianas de viagem ao destino chamado Brasil. In: GOMES, Edgar da Silva, et al (Orgs.). **Tecituras das cidades**: história, memória e deslocamentos humanos. São Paulo: EDUC, 2022. pp. 39-69.

AVELINO, Yvone Dias. Vila Madalena e a imigração portuguesa: cultura, trabalho, religião e cotidiano. In: MATOS, Maria Izilda, et al (Orgs.). **Deslocamentos e Histórias:** os portugueses. Bauru, Edusc, 2008. pp. 293-302.

FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América. São Paulo, Edusp, 2000.
GRONDIN, Marcelo. **Haiti**: cultura, poder e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JAMES, Cyril Lionel Robert. Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.
LOBO, Eulália Maria L. **Imigração Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MORAES, Isaias Albertin, et al. A Imigração Haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, out/nov, 2013, pp. 95-114.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A Política Portuguesa de Emigração (1850- 1930)**. Bauru/Lisboa: Edusc/Instituto Camões, 2002.

POMER, Leon. **As Independências na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe**: dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTOS, José Ailton Rodrigues dos. **Haitianos em São Paulo:** exclusão, invisibilidade social e sofrimento social. Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, Brasil, 2018.

SANTOS, Ivison Poleto dos. **A Sociedade Promotora de Imigração:** formação e influência, 1886-1895. Revista Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo, nº 25, Set., 2007.
http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/

Sítios

Exclusão e sofrimento marcam vida de imigrantes haitianos em São Paulo. **Jornal da USP**, Ciências da Saúde. 04/10/2018. https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/exclusao-e-sofrimento-marcam-vida-de-imigrantes-haitianos-em-sp/ Acesso: 05/06/2024.

Haiti: Missão de 13 anos do Exército brasileiro deixou legado questionável. Por: Leticia Macedo, **Portal UOL**, Seção Internacional, 11/07/2021. https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/07/11/haiti-minustah-missao-de-paz-onu-exercito.htm Acesso: 12/06/2024.

Imigrantes haitianos em São Paulo revelam sofrimento social. **PORTAL R7**. 01/04/2019. https://noticias.r7.com/sao-paulo/imigrantes-haitianos-em-sao-paulo-revelam-sofrimento-social-29062022/ Acesso: 05/06/2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Relatório Anual OBMigra 2020**, Disponível em: https://www.ibge.gov.br/ Acesso: 05/06/2024.

Museu da Imigração. **Conhecendo o Acervo: Brasileiros na Hospedaria**: A Lei de Cotas e a Lei dos 2/3 - novo projeto de identidade nacional. 09/09/2020. https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-a-lei-de-cotas-e-a-lei-dos-23-novo-projeto-de-identidade-nacional

Presidente do Haiti foi assassinado por tentar enviar aos EUA lista de pessoas ligadas ao narcotráfico. Por: Jacobo Garcia, **El País**, 13/12/21. https://brasil.elpais.com/internacional/2021-12-13/presidente-do-haiti-foi-assassinado-por-tentar-enviar-aos-eua-lista-de-pessoas-ligadas-ao-narcotrafico.html Acesso: 05/06/2024.